

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs (as) Membros desta Assembleia

Srs (as) Vereadores (as)

Senhoras e Senhores

Hoje é um dia de relevante importância para os Portugueses, e em especial para mim e para os Ilhavenses, na medida em que comemoramos o aniversário da data que marcou os Portugueses - o 25 de Abril de 1974.

Permitam-me que as minhas primeiras palavras se dirijam ao Sr. Presidente e aos restantes membros que constituem a Mesa desta Assembleia Municipal, para lhes agradecer a feliz iniciativa de promoverem esta reunião extraordinária do órgão deliberativo mais representativo do exercício da democracia do nosso Concelho, para assinalarmos o 49º aniversário do 25 de abril.

Assim, também Ílhavo se associa à comemoração desta data, reconhecida como a mais importante de sempre no plano político nacional.

O 25 de Abril passou a ser assim um marco na nossa História, um marco nas nossas vidas: há um antes e um depois dessa data mágica e quase mítica!...

Comemoramos hoje o 25 de Abril de 1974, data em que a liberdade e a democracia surgiram aos Portugueses como motor do progresso, da paz e do desenvolvimento.

Mas comemoramos também o 25 de Abril num momento em que os Portugueses, e os Ilhavenses em particular, se interrogam sobre o amanhã, conscientes de que o passado recente os não satisfaz na totalidade e o presente incerto os não satisfaz.

Mas como o tempo passa rapidamente em liberdade...

Parece que foi ontem, que frequentando o antigo sétimo ano no Liceu Nacional de Aveiro, e ouvindo a rádio, como sempre fazíamos ao longo da noite, fomos surpreendidos pela audição da “Grândola Vila Morena”, o que nos deixou perplexos e apreensivos.

Pela manhã, foi o constatar de que algo se passava em Lisboa, com a preocupação de buscar o máximo possível de informação junto dos meios de comunicação existentes na altura.

Era o concretizar da necessidade imperiosa de transformar um Portugal “a preto e branco” num Portugal multicolorido, em que as cores da esperança, da solidariedade, da tolerância, da igualdade nos restituíssem a liberdade e com ela se reconquistasse a dignidade perdida nos tempos do “orgulhosamente sós”.

Conforme recordado pelo Sr. Presidente da República durante as Comemorações dos cinquenta anos do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, os seus congressistas conscientes de que a queda do regime do Estado Novo era iminente, definiram consensualmente que logo após a instauração da liberdade era imperioso implementar a famosa política dos 3 Ds: Descolonização, Democracia e Desenvolvimento.

A concretização destes três grandes desígnios nacionais, teve como seria de esperar influência direta no nosso Concelho ao longo dos anos da era pós-revolução.

Ao nível da descolonização, processo que terminou com o fantasma da minha geração, que nunca encontrou explicações para a existência de uma guerra colonial sem justificação e sem fim plausível e justo para uma juventude, que com o correr dos anos se via privada dos seus melhores anos de vida e com o seu futuro amputado de risonhas perspectivas de vida.

Para já não mencionar os seus familiares, e em especial as mães que sistematicamente viviam com a angústia de receber a notícia do falecimento ou ferimento de um dos seus filhos que com tantos sacrifícios e carinho os criavam.

A finalização do processo de descolonização, que poderia ter sido melhor concluído por parte dos políticos da altura, terminou com o pesadelo dos jovens portugueses, incluindo-me também.

Reconheça-se que o nosso Concelho contribuiu significativamente para acolher alguns dos portugueses vindos das chamadas colónias, que depois de integrados no nosso tecido socioeconómico contribuíram para o seu crescimento e desenvolvimento, sendo merecedores do nosso agradecimento.

A Democracia e a concomitante vivência sociopolítica, instituídas com o restabelecimento da liberdade, é uma realidade consolidada, sendo facto probatório a alternância democrática a que se tem assistido nas eleições já realizadas, bem como na forma civilizada como tem sido exercida a gestão dos órgãos democraticamente eleitos.

Os portugueses e as portuguesas são hoje cidadãos e cidadãs livres de um país livre.

Não há democracia mais avançada do que a nossa, pese embora, em termos económicos, sociais e culturais termos muito a progredir.

No entanto, e ainda assim, em comparação com o que se passa, infelizmente, com milhões e milhões de seres humanos, bem nos podemos considerar privilegiados! A questão da liberdade tem de manter-se, porém, sempre viva.

Boa parte da população portuguesa nasceu e cresceu já em plena democracia de abril.

Os mais novos tendem por isso a pensar que sempre foi assim, e não foi; que vai ser sempre assim, e pode não ser...

Bem seguros estamos nós de que a democracia pluralista se encontra consolidada em Portugal e se reforça até com a nossa participação na União Europeia, que está passando a ser, de algum modo, e cada vez mais, o nosso país também.

Mas não convém ignorar os perigos que para a liberdade representam, desde logo para a liberdade daqueles que tais males sofrem, fenómenos que estão aí, diante de nós: o crescimento alarmante do desemprego estrutural, derivado da revolução tecnológica; a desenfreada concentração do poder económico, agravando, em termos nunca vistos, as desigualdades sociais, numa dimensão planetária; a pressão sobre as fronteiras dos países ricos por parte de multidões famintas, expulsas dos seus países de origem pela miséria e pela guerra, agravada tantas vezes pela corrupção dos respetivos governantes; a persistência dos fundamentalismos, dos ódios raciais, do terrorismo, dos genocídios; a destruição acelerada dos recursos naturais, provocando desastres ecológicos sucessivos, com efeitos devastadores; o aumento do número dos excluídos, dos marginalizados, dos desesperados, dos infelizes, corroídos pela pobreza material e moral, pela droga, pelo egoísmo e pela solidão.

A lição da História, sobretudo da trágica história recente, não nos consente otimismo superficiais.

A fome, a guerra, as promessas não cumpridas ou adiadas e o desespero são maus conselheiros!

E não faltam nunca pregadores de quimeras e os seus odientos partidários.... Ora, nem sempre se percebe bem quando e como começa a deriva autoritária, mas todos sabemos bem, infelizmente, como acaba.

Num mundo em que o sentido do tempo se alterou, o Estado democrático deve ser hoje, mais do que no passado, um Estado responsável perante as gerações futuras.

A defesa do ambiente, das alterações climáticas, a redução da inflação, da dívida e do défice público, as reformas da segurança social não podem ser reduzidas a objetivos pressionados por exigências externas ou por imperativos de convergência; devem ser assumidos como compromissos decorrentes de uma consciência mais rigorosa dos nossos deveres para com as gerações seguintes, de outro modo injustamente sacrificadas aos efeitos dos nossos comportamentos de hoje.

Os direitos das crianças, dos jovens, assalariados, contribuintes, doentes, reformados e pensionistas de amanhã, os direitos de todos, homens e mulheres que vierem amanhã a ser habitantes deste nosso território, devem integrar já hoje o nosso sentido da responsabilidade cívica.

Depois da luta histórica pela democracia e pela estabilização constitucional do regime, vivemos agora um ciclo de promoção da qualidade da democracia, de enriquecimento dos seus recursos e procedimentos.

Mas essa qualidade requer também que, desde já, se radique nos agentes políticos uma deontologia democrática onde os que apenas defendem interesses pessoais ou de grupos ou de cooperações, não possam ser manejados em termos que envolvam o desprestígio e o descrédito dos políticos eleitos.

Para denegrir e diminuir os políticos eleitos e os órgãos da administração pública, cinquenta anos já chegaram.

A qualidade da gestão democrática, os valores da proximidade e da participação, que a própria construção europeia tem reclamado, são um relevante instrumento na relação, entre o nível nacional e o nível municipal, de regiões com órgãos democraticamente responsabilizáveis em vez da orgânica de nomeação central que há décadas integra a experiência de planeamento.

Elas permitem escolher decisões mais informadas e mais próximas dos destinatários e assim corrigir assimetrias e desigualdades que representam também ofensas persistentes a um desígnio de igualdade de oportunidades de vida entre todos.

Numa sociedade democrática madura não são só os direitos, mas também os deveres e responsabilidades que têm de ser promovidos.

Prestaremos um mau serviço às novas gerações se lhes transmitirmos uma ideia diminuída do espírito de dever.

O último objetivo a referenciar e certamente aquele que mais dificilmente será concretizado na sua plenitude é o Desenvolvimento.

Quando olhamos para a infraestruturização que foi feita nas últimas décadas (na habitação social, na eletrificação, no abastecimento de água e no saneamento, na rodovia, na modernização de várias áreas da Administração Pública), quando recordamos a criação do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social, quando nos detemos na evolução do parque escolar (do pré-escolar ao ensino superior), quando vemos a evolução que se deu na qualificação das pessoas, das empresas e dos territórios, ou quando olhamos para as conquistas da ciência portuguesa, concluímos serem marcantes as realizações da Democracia.

Ainda há muito por fazer, mas muito de substancial foi conseguido.

Há objetivos sempre insatisfatoriamente cumpridos, como os de melhor justiça, mais igualdade de oportunidades, forte solidariedade social, maior coesão social e fraternidade.

Mas estes desígnios só se conseguem com maior desenvolvimento, isto é, com melhor educação, mais e melhores serviços de saúde, melhor emprego, mais justiça social, maior dignidade de vida.

É na construção deste desenvolvimento que a nossa autarquia deve assumir uma quota parte de responsabilidade, pois cada vez mais tem a seu cargo mais competências, por força da descentralização, que exercidas com determinação, arrojo e sentido de responsabilidade, mas simultaneamente com a humildade de quem é capaz de partilhar e cooperar, respeitando as diferenças e sendo capaz de ir buscar a cada um aquilo que cada um tem de melhor para dar, que abril se cumprirá.

É, pois, por tudo isto que estamos hoje, aqui, reunidos a celebrar o 25 de Abril, celebrando o passado, mas com olhos no futuro.

Esperando que as gerações mais novas possam encontrar nestes exemplos, e no 25 de Abril em particular, a inspiração para o que querem e podem ser.

Para que se envolvam com a causa pública, com a comunidade, ajudando a tornar este Concelho melhor e melhor todos os dias.

Um Concelho mais justo, mais livre, mais participativo e mais democrático.

As gerações que fizeram o 25 de Abril e edificaram o estado atual do nosso Concelho estão, naturalmente, a desaparecer.

Tenhamos confiança de que os mais jovens saberão defender os valores essenciais da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade social.

Termino, lembrando, que o 25 de abril foi uma Revolução que não tem proprietários, porque aos que participaram na libertação do País se seguiram várias gerações que ajudaram a construir o Portugal Democrático em que vivemos.

E nós enquanto autarcas do Concelho de Ílhavo temos a obrigação de trabalhar, com determinação, seriedade, competência e criatividade, no sentido de continuarmos a dar sentido ao sonho de todos aqueles que um dia empreenderam o ato histórico de dar outro sentido ao rumo que o país vinha trilhando, e desta forma procurar deixar aos nossos vindouros, uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais solidária, na qual todos se possam rever.

Viva o 25 de Abril!

Ílhavo, 25 de abril de 2023

O Representante do Partido Social Democrata

(António José Flor Agostinho)